

Manaus corre o risco de perder exclusividade de benefícios para fabricação dos conversores de TV analógica em digital



SUPRAMA/DIVULGAÇÃO

Disputa acirrada pelo bilionário mercado digital

PÁGINAS 4 E 5

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano XII – Nº 2.445/95 – Brasília, 28 de agosto a 3 de setembro de 2006 EDIÇÃO SEMANAL

Conselho prepara abertura de processos contra senadores

Procedimentos são **acelerados** com o envio, ao Conselho de Ética, de **representações** contra os três parlamentares citados no relatório da CPI dos Sanguessugas; só falta definir um **relator**

PÁGINAS 6 E 7

AMAZÔNIA

Biopirataria: uma prática antiga de difícil combate

As fronteiras da região amazônica permanecem abertas aos piratas da biodiversidade. Eles entram na floresta para colher ilegalmente plantas, animais e microorganismos que darão vida a descobertas científicas em favor de grandes indústrias, como a farmacêutica e a de cosméticos. O sapo kampo, o cupuaçu e a ayahuasca foram alvos da pirataria.

PÁGINA 3



ICHIRO GUERRA/FOLHA IMAGEM

Cupuaçu (fruto maior) e pupunha são exemplos da riqueza genética brasileira que atrai a cobiça mundial

Esclareça as dúvidas sobre seu título de eleitor

PÁGINA 2

cidadania

Denúncias e reclamações são as principais armas do consumidor

Para aqueles que consideram inadequados os horários de exibição de determinados programas no rádio ou na TV, ou têm dificuldades no uso de linha telefônica, o *Especial Cidadania* traz uma relação de órgãos responsáveis pela fiscalização

dos serviços de comunicação. Veja como denunciar condições irregulares de segurança e de conforto em estádios e ginásios esportivos, além de endereços úteis para o caso de problemas com escolas públicas ou privadas.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
FRASES	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
ACONTECEU NO SENADO	Página 11



gendagendaendagenagendaendagendaendagen

Lei de patentes é debatida em evento

Lei de propriedade intelectual e lei de patentes são denominações da Lei 9.279/96, que regula as obrigações e os direitos com relação ao assunto. O tema vai ser debatido no 26º Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, desta segunda até quarta-feira, no Blue Tree Alvorada, em Brasília.

O Brasil é signatário da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), que busca zelar pela proteção dos direitos dos criadores e titulares de propriedade intelectual em âmbito mundial e contribuir para que se reconheça e recompense o talento dos inventores, autores e artistas.

De acordo com a Ompi, “cons-

tituem propriedade intelectual as invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e modelos utilizados pelo comércio”. Ela divide-se em dois ramos: direitos autorais – que se referem aos trabalhos literários, cinematográficos, fotográficos, científicos e aos *softwares* – e propriedade industrial, relacionada com as atividades industriais ou comerciais de um indivíduo ou companhia.

A Lei 9.279/96 busca garantir ao inventor de um produto, processo de produção ou modelo de utilidade o direito de obter a patente que lhe assegure a propriedade de sua criação, por um período durante o qual quem quiser fabricá-la com fins comerciais deverá obter licença do autor

e pagar-lhe *royalties*. Outras leis regulamentam esse tema: a de direitos autorais (Lei 9.610/98); a que trata de programas de computador (Lei 9.609/97); e a que estabelece penas a quem fere o direito autoral (Lei 10.695/03).

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, ligado ao Ministério da Justiça, foi criado pelo Decreto 5.244/04 para elaborar as diretrizes de um plano nacional de combate à pirataria e à sonegação fiscal. A atividade do conselho, as políticas públicas, a legislação e as possíveis soluções para os problemas que limitam o desenvolvimento da propriedade intelectual no Brasil deverão ser debatidas no evento.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira em seu gabinete visita da comitiva da Câmara dos Conselheiros do Japão (equivalente ao Senado brasileiro). Renan e a presidente da Câmara, Chikage Oogi, enalteceram as boas relações entre os dois países e lembraram a dimensão da comunidade de japoneses e descendentes residentes no Brasil. Chikage destacou a importância da experiência brasileira na produção de álcool para o cumprimento do Protocolo de Kyoto. Renan destacou o novo Programa de Biodiesel, outra iniciativa brasileira com esse objetivo.

Homenagem a Moacyr Dalla

Na sessão plenária da última terça-feira, Renan Calheiros prestou homenagem ao ex-senador Moacyr Dalla, falecido no Espírito Santo no dia 20.

Ele recordou que Dalla presidiu o Congresso Nacional na votação da PEC que instituiu eleições diretas para a

Presidência da República, em 1984, e na eleição de Tancredo Neves, em 1985. As duas sessões, a seu ver, representaram a redemocratização do Brasil.

– Mesmo sendo do PDS, o partido governista, Dalla comportou-se com isenção de magistrado – disse Renan.

Eleições 2006

Problemas com seu título de eleitor?

Onde está meu título de eleitor?

Quando se aproximam as eleições, essa pergunta é comum. Ao responder, muitos descobrem que o título foi perdido, não foi transferido para sua atual cidade ou foi cancelado. O *Jornal do Senado* buscou se antecipar a algumas dessas situações.

No caso do eleitor que já está com o título regularizado e em mãos, geralmente o problema é outro: onde votar? Nesse caso, é preciso entrar em contato com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou com o cartório da zona eleitoral onde o eleitor vota. Muitos tribunais já estão com a lista dos locais de votação prontas para consulta pela internet. Os endereços do TRE nos estados é www.tre-xx.gov.br, onde xx deve ser trocado pela sigla da respectiva unidade da Federação.

Perdi o título. Ainda posso votar em outubro?

Sim. Mas, para isso, é preciso saber o número do título, que pode ser obtido por meio da Justiça Eleitoral. Perto das eleições, além do acesso pela internet, a Justiça Eleitoral coloca números telefônicos e postos de atendimento em regime de plantão. A partir daí, o eleitor pode localizar a seção eleitoral em que deve votar. No dia da eleição, pode então se dirigir à mesa de votação, munido de documento, preferencialmente com foto.

Como tirar a segunda via do título eleitoral?

Em caso de perda, extravio ou inutilização do título, o eleitor pode procurar o cartório da sua zona eleitoral até dez dias antes das eleições e preencher requerimento próprio. Quem estiver longe de seu domicílio eleitoral também pode requerer a segunda via ao juiz da zona

eleitoral da localidade onde estiver, mas, neste caso, a antecedência mínima é de 60 dias antes do dia do pleito (ou seja, 1º de agosto de 2006).

Ainda é possível tirar ou transferir o título de eleitor?

No ano em que não há eleição, a inscrição eleitoral e a transferência do título podem ser feitas a qualquer momento. Em ano eleitoral, porém, o prazo é de até 150 dias antes da data da eleição. Esse prazo só volta a ser aberto após o pleito, incluindo um eventual segundo turno.

Se o eleitor mudou de bairro e deseja votar mais perto de casa, a transferência de título ocorre em caso de mudança de zona eleitoral. Então, para transferir, o eleitor precisa se dirigir ao cartório da zona eleitoral que atenda a localidade onde mora atualmente, munido do título, com os comprovantes de participação nas eleições anteriores ou de justificativa de ausência, documento de identidade e comprovante de residência. A transferência do documento implica um novo título, com as respectivas alterações.

Título de eleitor tem prazo de validade?

Não, desde que o eleitor vote regularmente ou justifique suas ausências. Se deixar de votar por três eleições consecutivas, o título será cancelado. (Nesse caso, cada turno é considerado uma eleição.)

Meu título está cancelado. Como regularizar a situação?

Não há mais tempo para a regularização antes das eleições deste ano. O prazo é encerrado 150 dias antes das eleições. Desde então, até o final do pleito, o cadastro nacional de eleitores fica fechado para via-

bilizar as eleições. A reabertura só ocorre depois de todas as votações, inclusive se houver segundo turno. Depois disso, o eleitor pode procurar o cartório eleitoral onde for inscrito, com comprovante de residência, documento de identidade e título de eleitor e solicitar a regularização. Caso o eleitor tenha se mudado, basta se dirigir ao cartório eleitoral de seu atual domicílio e pedir a transferência do título, levando os mesmos documentos.

Estou em situação irregular, mas preciso comprovar que tomei a iniciativa de quitar minhas obrigações eleitorais. O que faço, se o cadastro só será reaberto em outubro ou novembro?

Nesse caso, é possível obter uma comprovação de quitação com a Justiça Eleitoral antes das eleições. Para isso, o eleitor terá que se dirigir ao cartório eleitoral mais próximo e pedir uma “certidão circunstanciada”. O documento informará o valor de quitação e terá prazo de validade, explicando por que não foi possível a imediata regularização da situação eleitoral. A certidão também sugere que o eleitor ainda precisa procurar a Justiça Eleitoral depois da reabertura do cadastro nacional de eleitores.

Preciso me inscrever ou pedir a transferência do meu título de eleitor. Posso pedir dispensa do meu trabalho para isso?

O artigo 48 do Código Eleitoral de 1965 permite que o empregado deixe de comparecer ao trabalho, sem prejuízo do salário, para o alistamento eleitoral ou para a transferência de seu título. Para isso, o



trabalhador deve comunicar seu chefe ou patrão com 48 horas de antecedência e o tempo de ausência não pode ser superior a dois dias.

Um parente ou amigo faleceu. É preciso dar baixa no seu título de eleitor?

O cartório de registro civil (responsável pelas certidões de óbito) entra em contato automaticamente com a Justiça Eleitoral, que cancela o título do eleitor falecido. Se for do interesse da família, o cartório eleitoral onde a pessoa era inscrita também recebe a certidão de óbito, que serve como comunicação do falecimento do eleitor.

Sou brasileiro, moro no exterior e quero votar. Isso é possível?

Sim. A missão diplomática do Brasil no exterior que tiver no mínimo 30 eleitores inscritos deve organizar uma seção eleitoral. Nela, o eleitor poderá votar apenas para presidente da República. Se não for atingido o número de inscritos, os cidadãos poderão votar na embaixada ou no consulado mais próximos, que satisfaçam esse pré-requisito, desde que dentro do país onde residam. Até 30 dias antes do pleito, os eleitores residentes no exterior devem comunicar a sua residência e a sua condição de eleitor à embaixada ou ao consulado.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo *Jornal do Senado* durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas frequentes dos cidadãos relacionadas ao tema.

Comissões

TERÇA-FEIRA

15h – DIREITOS HUMANOS

Encontro parlamentar – Será realizada, na Câmara dos Deputados, a abertura do Encontro Parlamentar de Direitos Humanos do Mercosul, com a participação das comissões de Direitos Humanos da Câmara, do

Senado Federal e dos países que integram o bloco econômico. O evento contará ainda com a presença do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – que assumiu a presidência *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – e do ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

QUARTA-FEIRA

11h30 – PRESIDÊNCIA

China – O presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China, Wu Bangguo, visita o Congresso e será recebido por Renan Calheiros e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, Roberto Saturnino.

Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

AMAZÔNIA Milhares de patentes no exterior foram obtidas com a usurpação do patrimônio genético nacional

Fronteiras abertas à ação da biopirataria



As fronteiras da região amazônica estão, há tempos, abertas aos piratas da biodiversidade. Plantas,

animais e microrganismos são alvos constantes dos que se enveredam ilegalmente na floresta para colher materiais que darão vida a descobertas científicas em prol de grandes indústrias – como a farmacêutica ou de cosméticos –, sem respeitar os processos legais exigidos de quem faz pesquisa.

Porém, tão complexa quanto a biodiversidade é a detecção e punição dos biopiratas, que se aproveitam de falhas na legislação e de fiscalização para explorar ilegalmente os conhecimentos da população nativa.

A biopirataria é a apropriação de partes do patrimônio genético, geralmente em forma de moléculas, extratos ou conhecimentos tradicionais. Acaba sendo oficializada em direitos de propriedade industrial, com as descobertas patenteadas no exterior.

Estudos feitos pelo Ministério do Meio Ambiente com 53 espécies de plantas da biodiversidade brasileira apontaram a existência de 2.842 patentes registradas nos Estados Unidos e Europa.

– Agora estamos fazendo um refinamento, porque muitas dessas espécies também podem ser encontradas em outros países, mas o número é muito grande – diz Eduardo Vélez, diretor do Departamento de Patrimônio Genético do ministério.

Segundo Frederico Arruda, professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas, a Índia, que investe fortemente em pesquisas, tem assumido grandes brigas internacionais para reverter patentes de produtos criados a partir de sua biodiversidade.

– Quando o produto é patenteado, algumas empresas escondem a substância utilizada e é muito difícil fazer a engenharia reversa para comprovar a origem do material genético – afirma Arruda.

Brasil, Índia, Paquistão, Peru, Tailândia e Tanzânia já apresen-

taram na Organização Mundial do Comércio (OMC) emenda para modificar o Tratado sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio Internacional (Trips, sigla em inglês), de forma a tornar obrigatório, aos que fazem o pedido de patente, revelar o país de origem da biodiversidade utilizada.

Senadores alertam para ação dos biopiratas

Do Acre, o senador Sibá Machado (PT) enumera numerosos casos de biopirataria que renderam produtos patenteados em outros países.

– Com ação no sistema imunológico, o sapo kampo é um animal que teve suas substâncias patenteadas nos Estados Unidos. O mesmo aconteceu com o cupuaçu e com o cipó ayahuasca, usado para se fazer chá – lembra.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), é preciso aumentar o efetivo de fiscalização. O senador afirmou que, hoje, a Amazônia é “uma casa aberta à biopirataria”.



Indústrias farmacêutica e de cosméticos são as principais beneficiárias das pesquisas com material genético brasileiro

Na pobreza de ribeirinhos e índios, uma forte aliada

Ribeirinhos, comunidades indígenas e quilombolas detentores do conhecimento tradicional são extremamente visados pela biopirataria. Usualmente pobres, muitos nativos acabam divulgando informações preciosas sobre a biodiversidade. Em alguns casos fazem até mesmo a coleta de plantas, animais e microrganismos para os piratas.

Para reverter essa situação, o Ministério do Meio Ambiente tem orientado essas comunidades sobre como reagir quando abordadas pelos biopiratas.

– Essas populações não sabem que têm direitos e acabam entregando tudo de bandeja – explica o diretor Eduardo Vélez, do Ministério do Meio Ambiente.

O diretor lembra que as comunidades nativas têm direito de participar de contratos de repartição de benefícios pelo conhecimento tradicional, que é “a informação ou prática individual

ou coletiva dessas pessoas, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético”.

Para o professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas Frederico Arruda, as comunidades ribeirinhas ainda são reféns da falta de políticas públicas e isso as leva a comercializar seus conhecimentos.

– É difícil convencê-los a não guiar um biopirata ou não coletar para ele, porque os ribeirinhos vão ganhar mais em uma tarde do que em semanas de trabalho em outras atividades. A pobreza contribui para a biopirataria – afirma o acadêmico.

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), a maior prejudicada é a população nativa.

– Eles não são valorizados, muito menos seus conhecimentos, e não se criam mecanismos para que sejam guardiões da floresta – alerta o senador.

Com legislação deficiente, usurpador paga cesta básica

A legislação deficiente ajuda na expansão da biopirataria. Por um lado, há penas muito brandas (multas administrativas) para os que são pegos coletando exemplares da fauna e flora na região. Mas o combate aos biopiratas não dispõe de mecanismos claros na lei.

– O governo está enviando projeto ao Congresso Nacional com uma nova abordagem da biopirataria – afirma Eduardo Vélez, que também é secretário-executivo do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).

Coordenador-geral da Renctas, organização não-governamental que combate o tráfico ilegal de animais, Dener Giovanini lembra que as penas previstas na Lei de Crimes Ambientais não passam de quatro anos de reclusão.

– Hoje, raramente acontece a punição ao biopirata, que no máximo tem o material apreendido e, às vezes, é condenado a pagar uma cesta básica – aponta Giovanini.

Depois de relatar duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na Câmara que investigaram o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres brasileiros, além do comércio ilegal de madeira e da biopirataria – em 2002 e 2005 –, o deputado federal Sarney Filho (PV-MA) considera que houve avanços legislativos, com a apresentação de vários projetos que abordam o tema.

– O que precisamos é tê-los o mais rapidamente aprovados – diz o deputado.

Uma das matérias que mais geram polêmica é a Medida Provisória 2.186-16, de 2001, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional e à tecnologia, e que ainda não virou lei.

– Foi criada uma legislação para levar o pesquisador à loucura, com a exigência de preenchimento de formulários e mais formulários que só prejudica as pesquisas – afirma o professor Frederico Arruda.



Populações nativas são usadas pelos biopiratas: pobreza e desinformação incentivam cumplicidade

Pesquisar é a melhor forma de preservar

Investir na pesquisa científica e em recursos humanos para desvendar a grande biodiversidade da Amazônia Legal, segundo os especialistas, é o melhor caminho para se combater a biopirataria.

Apesar dos seus 508 milhões de hectares, apenas 1.300 doutores atuam em instituições de pesquisa na região formada por nove estados – menos de 13% dos que terminam o doutorado por ano.

– Se não acompanharmos o andamento da comunidade científica internacional, vamos ficar na traseira – afirma Adalberto Luís Val, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

Ele refuta opiniões que definem as parcerias com estrangeiros como uma maneira de repassar informações dos recursos genéticos biológicos nacionais para outros países.

– A cooperação científica é extremamente importante e não

pode ser discriminada. É claro que a pesquisa não é neutra, há interesses diversos. O que devemos fazer é inserir as nossas questões quando firmamos essas parcerias, porque o que se quer é a repartição dos benefícios da pesquisa com a sociedade – defende Val.

Alguns pesquisadores brasileiros se dizem engessados pelas leis em vigor. Há 21 anos no Museu Emílio Goeldi, fundado no Pará em 1866 para o estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, a pesquisadora Tereza Cristina Ávila-Pires afirma que a preocupação de combater a biopirataria acabou surtindo efeito negativo.

– Hoje, é preciso definir quem é o detentor do conhecimento para firmar acordos de acesso ao material de pesquisa, mas isso é muito difuso, porque um mesmo conhecimento pode ser dominado por várias comunidades – explica a pesquisadora.



Frutos do guaraná: Brasil corre risco de ficar para trás nas pesquisas científicas

TV DIGITAL Zona Franca e indústrias do resto do país brigam pelo direito de produzir aparelho para decodificar sinal

Disputa milionária pelos conversores



Existem cerca de 90 milhões de televisores analógicos no Brasil. A maioria dos consumidores não terá condições de comprar uma TV digital nova (cujo preço será semelhante ao das TVs de plasma à venda no mercado hoje). O governo estima que a produção do *set-top box* (equipamento que permitirá que um televisor analógico receba sinal digital) movimentará R\$ 9 bilhões em três anos. Ainda de acordo com estimativa do governo, em uma década a implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital deverá movimentar R\$ 100 bilhões. Pode-se entender, pelas cifras envolvidas, a agressividade com que se iniciou a disputa sobre as indústrias que poderão usufruir os incentivos fiscais para a produção dos chamados decodificadores, ou conversores digitais.

De um lado, a indústria eletroeletrônica reunida na Zona Franca de Manaus pressiona – com o apoio dos senadores da bancada do Amazonas – para conquistar a exclusividade no novo filão de mercado. De outro, os fabricantes de outras partes do país – notadamente do Sudeste e do Sul – querem ter direito aos incentivos fiscais previstos na Lei de Informática (11.077/04) para

a produção dos decodificadores. Entre os benefícios previstos na lei estão a redução do IPI e isenção do PIS e da Cofins, além de acesso a financiamentos do BNDES. Tal medida nivelaria o jogo, anulando as vantagens hoje desfrutadas pelos grupos instalados em Manaus.

A mudança tem o apoio das entidades de classe da indústria do setor e de alguns integrantes do governo federal, caso do ministro das Comunicações, o senador

licenciado Hélio Costa, que já se declarou favorável à inclusão dos conversores nos incentivos da Lei de Informática. O governo federal vê-se diante de um dilema. Teme que a inclusão do *set-top box* produza um efeito cascata que leve outros produtos a serem classificados na Lei de Informática, reduzindo a competitividade das empresas da Zona Franca de Manaus. Ao mesmo tempo, se isso não ocorrer, desestimulará

as indústrias do restante do país a produzir o conversor, uma vez que os incentivos dados a Manaus tornam suas mercadorias mais baratas.

A saída mais favorável ao governo – que evitaria o desgaste político que já se inicia com os protestos de parlamentares como o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM) – seria as empresas interessadas em disputar o mercado de decodificadores instalarem

fábricas na Zona Franca. Uma hipótese descartada pela própria Associação Brasileira das Indústrias Elétrica e Eletrônica (Abinee) é de que não seria interessante para um empresário investir em uma planta industrial para um produto cujas vendas tendem ao declínio. Afinal, espera-se que, a cada ano, mais e mais consumidores comprem as novas TV digitais, dispensando o uso dos *set-top boxes*.



Linha de montagem de televisão em Manaus: ministro das Comunicações é contrário a se assegurar exclusividade à Zona Franca

Manaus ameaça recorrer ao STF contra decisão

A Zona Franca não aceita perder a exclusividade na produção dos equipamentos para a TV digital e admite até mesmo recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso o governo edite medida provisória transformando produtos eletroeletrônicos, fabricados hoje em Manaus, em bens de informática. O alerta foi feito em comunicado à imprensa do presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Maurício Loureiro.

O empresário criticou duramente o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que estaria realizando uma defesa “tendenciosa” do pólo eletroeletrônico do sul de Minas. Loureiro alega que, ao converter um eletroeletrônico num produto de informática, cria-se a possibilidade de transformar também o televisor em bem de informática, tirando a exclusividade de produção da Zona Franca, que neste ano deverá faturar entre US\$ 21 bilhões a US\$ 22 bilhões (metade deles com a produção

de eletroeletrônicos, responsáveis por 36 mil empregos).

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou sua disposição de obstruir as votações durante o esforço concentrado, na próxima semana, caso o governo adote posição que prejudique os interesses da Zona Franca. Ele disse contar com o apoio dos colegas de bancada, Jefferson Péres (PDT) e Gilberto Mestrinho (PMDB). Para o líder do PSDB, a sobrevivência do Pólo Industrial de Manaus está em jogo.

– Não dá para a televisão do futuro ficar nas mãos de outros estados e o pólo analógico, ultrapassado, antigo, nas mãos do Amazonas – argumentou o senador, lembrando que a criação da Zona Franca tem muito a ver com segurança nacional e com a ecologia, dando condições excepcionais de desenvolvimento a um estado estratégico. Graças a isso, lembrou, o Amazonas só teve devastados 2% de sua cobertura florestal.

O senador Gilberto Mestrinho reafirmou a união da bancada e disse que articula a reação também com o governador do estado, Eduardo Braga. “Se for necessário, vamos até o presidente Lula defender o emprego do trabalhador amazonense”, declarou. Em tom incisivo, Mestrinho garantiu que não há a menor condição de a Zona Franca ser atingida pela mudança de regras.

– O [ministro] Hélio Costa me garantiu que nenhuma mudança será feita sem uma ampla discussão.

Entenda a polêmica sobre os incentivos

Dezenas de fabricantes dos bens eletrônicos de consumo – caso, por exemplo, dos aparelhos televisores, de som e, agora, dos decodificadores – formam um pólo produtor na Zona Franca por causa dos incentivos dados pelo governo para quem quiser se instalar nessa região.

Fabricantes de televisores de Manaus desfrutam de incentivos como isenção do IPI e redução de impostos para importação. As indústrias usam os mesmos benefícios na presente produção de decodificadores para TVs por assinatura. Se esses aparelhos forem incluídos na Lei de Informática, empresas de todo o país terão a mesma isenção fiscal e, com isso, os fretes maiores pagos para quem produz em Manaus (longe dos polpudos mercados consumidores do Sudeste e Sul) minariam a competitividade da indústria da Zona Franca.

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, é favorável à inclusão porque considera o conversor um “pequeno computador”, por processar informações e interagir com o usuário. O senador Arthur Virgílio, por sua vez, alega que considerar o *set-top box* como um bem de informática porque usa um *chip* de memória equivale a considerar motocicleta igualmente bem de informática, pois os veículos também usam *chips* de memória na sua fabricação.

Preço, um componente que ameaça a iniciativa

O preço ao consumidor dos decodificadores é apontado por adversários da decisão do Brasil de adotar o modelo japonês como um possível calcanhar-de-aquiles na implantação da TV digital. Na melhor das hipóteses, se a produção for abundante e por um grande número de empresas (tornando o novo mercado bem competitivo), o *set-top box* deverá custar em torno de R\$ 100, um valor bastante elevado para a maioria das famílias brasileiras (um terço do preço de um televisor de bom padrão).

Estudo feito pelo professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) Marcelo Zuffo indica que R\$ 100 seria o preço mínimo de venda. Especula-se até mesmo que o valor possa chegar a ser o dobro, o que seria um pesadelo para o governo, pois a falta de acesso aos conversores criaria uma nova forma de exclusão digital. O preço ao consumidor seria bem superior ao que vem sendo noticiado, segundo relatório divulgado em fevereiro pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Nas projeções feitas pelos pesquisadores, o conversor de modelo mais simples para o padrão europeu seria o mais barato (R\$ 233), contra R\$ 256 do americano e R\$ 276 do japonês.

Governo está dividido. E a indústria também

► **Governo** – Dividido. Há duas semanas, o secretário do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Jairo Klepacz, disse que a inclusão na Lei de Informática não está em discussão. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, já deu declarações exatamente no sentido contrário. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff,

seria sua aliada. Não há posição oficial ou final sobre o assunto.

► **Zona Franca** – Defende que, se houver isenção fiscal para outras regiões, as 23 indústrias que já produzem os conversores para TV por assinatura – 2,5 milhões de unidades em 2005 – poderiam fechar.

► **Indústria do resto do país** – A Associação Brasileira das Indústrias Elétrica e Eletrônica (Abinee) defende a inclusão dos *set-top boxes* na lista dos beneficiados pela Lei de Informática. Mas grandes fabricantes do setor, como a Samsung, instalada em Manaus, são contrários à medida.



Arthur Virgílio vê ameaça velada aos 36 mil empregos do setor eletrônico de Manaus

TV DIGITAL Novo passo da revolução tecnológica chega ao Brasil: modelo vai modificar o cotidiano da sua família

Em dia com a linguagem do futuro



Com surpreendente rapidez, presenciamos nos últimos anos uma autêntica revolução tecnológica. O processo está em pleno andamento e parece se intensificar a cada dia. Computadores,

câmeras digitais e telefones celulares passaram a fazer parte da rotina das pessoas e mudaram nossa percepção do mundo. A internet e seus subprodutos transformaram as relações pessoais e o acesso à informação. O próximo

capítulo dessa excitante saga tecnológica acontecerá na sala de sua casa, com a chegada da TV digital. O *Jornal do Senado* preparou uma relação de termos com que você deve começar a se familiarizar para não perder o trem da história.

GLOSSÁRIO

Banda – Faixa de frequência no espectro eletromagnético.

Cabo – Forma de acesso de transmissão televisiva, por meio de cabeamento entre a operadora e o domicílio receptor. É o caso da NET.

Codificação de canal – Protege e corrige erros, para preservar a integridade dos dados transportados através de um canal, principalmente de radio-frequência.

Datacasting – É uma das formas de oferta de produtos e serviços pelo canal da TV digital. Por ela, por exemplo, poderão ser feitas transações comerciais (*t-commerce*) ou bancárias (*t-banking*). Se um programa se dedica à culinária, podem ser oferecidas informações sobre produtos expostos no programa à venda. E quem assiste àquele programa poderá fazer a compra, por meio de seu controle remoto, de um cardápio na própria tela da TV ou em um *site* na internet. Até mesmo a roupa ou acessórios de uma celebridade em uma novela podem ser colocados à venda por esse sistema. Da mesma forma, um programa educacional pode oferecer acesso a material didático, planos de estudo, etc.

DTH (Direct to Home) – Uma das maneiras de transmissão do sinal de TV, por meio de satélites. É o caso da Sky e DirecTV.

EDTV (Enhanced Definition TV) – TV com imagem de qualidade elevada. Está entre a SDTV e a HDTV (*veja adiante*). Tem definição padrão de 480 linhas em uma definição seqüencial de sinal progressivo. A transmissão nessa qualidade permite a divisão de uma faixa de espectro de 6MHz para transmissão simultânea de duas programações.

Espectro eletromagnético – É o intervalo completo da radiação eletromagnética, que vai desde as ondas de rádio (AM, FM, VHF, UHF), infravermelho, luz visível, raios ultravioleta, até a radiação gama. A radiação é formada por cargas elétricas e magnetismo que transportam energia em um movimento linear. É aí que trafegam as informações capazes de gerar sons e imagens e transportar dados. Diferentemente da luz, não é visível para os olhos humanos.

HDTV (High Definition TV) – TV de alta definição. Atualmente, o sinal analógico transmitido possibilita uma imagem que tem 480 linhas de resolução horizontal, entrelaçadas com linhas verticais no mesmo número. Com alta definição, pode-se transmitir 720 linhas (em formato progressivo) ou 1.080 linhas (entrelaçadas). O HDTV também muda o formato da tela (*Widescreen*), que fica na mesma proporção da tela de cinema. Na TV convencional, a proporção é de 4 por 3. Na alta definição o formato é de 16 por 9. A TV convencional tem resolução de aproxima-

Set-Top Box ou caixinha conversora

É um pequeno aparelho, semelhante aos usados na TV a cabo ou via satélite, que permite que os atuais televisores analógicos recebam o sinal digital, utilizando boa parte das vantagens do novo sistema. As previsões são de que o conversor terá um custo de pelo menos R\$ 100 para o consumidor que não quiser ou puder comprar um aparelho pronto para a TV digital, com o conversor já integrado.

DIVULGAÇÃO



Modelo de decodificador japonês para TV digital e por assinatura: previsão é de que os conversores serão vendidos no Brasil por pelo menos R\$ 100

madamente 210 mil *pixels* (pontos de imagem). A HDTV pode chegar a ter cerca de 2 milhões de *pixels*, fazendo com que textura, cor e profundidade de campo transmitam uma imagem mais parecida com a real.

Interatividade – Permite que, por meio do controle remoto, haja participação do telespectador em situações determinadas pelas emissoras, como enquetes, e espaços abertos a perguntas e opiniões.

Middleware ou API (Application Program Interface) – Traduz os dados do sinal digital em informações que são exibidas na tela da TV. Funciona como um *software* capaz de juntar som, vídeo e imagens, compatíveis com as aplicações de *datacasting* e interatividade da TV digital. Cada padrão de TV digital tem seu *middleware* próprio.

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service) – Outra maneira de transmissão do sinal de TV, por microondas. É o caso de alguns serviços de TV por assinatura, como a Mais TV (antiga TVA).

Mobilidade – Função do padrão de TV digital que permite que os sinais transmitidos sejam captados por terminais em movimento.

Modelos de negócio – Diz respeito a como as emissoras e as empresas envolvidas no fornecimento de serviços de TV digital irão dividir a capacidade do canal entre os diferentes formatos de transmissão.

Modulação – É o que determina a principal diferença entre os padrões de TV digital existentes. É a maneira como a informação é organizada para, então, ser transmitida. As pesquisas sobre o SBTVD buscaram uma solução para a transmissão e recepção de sinais digitais, diferente das oferecidas pelos atuais padrões existentes.

MPEG-2 – Tecnologia de codificação e compressão de informações de imagem de vídeo. É utilizado no DVD e por todos os padrões de TV digital já desenvolvidos até o momento. (Com relação à codificação do sinal de áudio, alguns países optaram pelo sistema

Dolby Digital, o AC-3, e outros pelo próprio MPEG-2.)

Multiprogramação – É uma das possibilidades abertas pelo sinal digital, já que vai permitir um uso mais elástico do espectro eletromagnético (*veja verbete SDTV*). No caso da TV Senado, em SDTV, será possível ter, simultaneamente, imagens do Plenário, de uma comissão, de uma CPI e ainda de reportagens. Em uma transmissão de futebol, cada sinal pode transmitir integralmente as imagens de uma câmera diferente no estádio. (Obs.: a multiprogramação não é possível se a emissora concessionária de espaço no espectro eletromagnético decidir pela transmissão em HDTV, já que, por ter mais informação audiovisual, ocupa maior espaço. Dessa forma, o espaço ocupado pelo sinal de uma emissora em formato analógico será ocupado integralmente pela mesma emissora em formato digital. É a chamada monoprogramação.)

Padrão de TV digital – Tecnologias de TV digital desenvolvidas em diversos países para permitir o melhor uso do espectro eletromagnético, com a possibilidade de agregar novos serviços. Os principais são os desenvolvidos nos EUA (ATSC), na Europa (SDB) e no Japão (ISDB). A China também desenvolve o seu. O Brasil escolheu no início de julho o padrão japonês como base para a TV digital no país.

Portabilidade – Permite que os sinais digitais transmitidos sejam captados por terminais portáteis, como celulares (desde que preparados para a recepção), computadores de mão (*palm tops, notebooks*), que podem ou não estar em movimento.

SBTVD (Sistema Brasileiro de Televisão Digital) – Instituído por decreto presidencial em novembro de 2003, para desenvolvimento de um padrão com tecnologia nacional. Diversos consórcios formados por instituições de pesquisa e empresas foram envolvidos e chegaram a avanços tecnológicos que, segundo o decreto de julho de 2006, serão utilizados no Brasil juntamente com o padrão japonês.

SDTV (Standard Definition TV) – Definição com resolução equivalente

à oferecida pelo atual sinal de TV. Em formato digital, será possível enviar, no mesmo espaço de frequência atual (6MHz), até quatro sinais de audiovisual e, em futuro próximo, até oito sinais.

Sinal – São as informações necessárias (brilho, cor, sincronismo e áudio) para formação do audiovisual recebido pelo televisor.

Sinal analógico – Formato atual da transmissão. O sinal varia continuamente e é mais disperso e menos preciso, diferentemente do digital.

Sinal digital – Em formato digital, o sinal é comprimido por meio da eliminação de redundâncias e uma série de novos recursos pode ser incorporada, visando melhorar e ampliar o serviço para o telespectador. Elimina problemas de recepção (chувiscos na imagem, "fantasmas", interferência no som, etc).

Som digital – A tecnologia digital permite que todos os meios usados para captação de sons, inclusive pelo cinema, sejam transmitidos para a televisão, com qualidade análoga aos CDs. Televisores atuais já são capazes de reproduzir áudio de alta qualidade, mas apenas quando são usados para exibir DVDs.

Transmissão terrestre – Sistema mais comum de transmissão do sinal de TV. Utiliza o chamado espectro eletromagnético e pode ser feito nas frequências VHF ou UHF. É por meio delas que o sinal chega a uma antena interna ou externa. É nessas frequências que o sinal digital trafegará. É o único meio de transmissão pelo qual o usuário não paga no Brasil.

UHF (Ultra High Frequency) – Faixa do espectro que vai dos 300 MHz aos 3 GHz. Cada canal de TV em UHF ocupa uma faixa de 6 MHz.

VHF (Very High Frequency) – Faixa do espectro que vai dos 30 MHz aos 300 MHz (canal 2 ao 13). Cada canal de TV em VHF ocupa uma faixa de 6 MHz.

Glossário elaborado com a supervisão do consultor legislativo do Senado Marcus Martins, especialista em regulação em telecomunicação.

SANGUESSUGAS Medida tem por objetivo dar rapidez às investigações sobre suposto envolvimento de três senadores

Mesa envia representação ao conselho



O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou na quinta-feira passada ao Conselho de Ética representações para abertura de processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT). Os três parlamentares tiveram seus nomes incluídos no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas como suspeitos de participar da chamada máfia das ambulâncias.

O Conselho de Ética havia recebido da Presidência do Senado denúncias contra os senadores para iniciar investigações preliminares, mas na quarta-feira acatou o entendimento de seu vice-presidente, senador Demostenes Torres (PFL-GO), e devolveu os processos por entender que a CPI, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal já haviam realizado a investigação preliminar. Essa decisão teve o objetivo de levar a Mesa do Senado a enviar novamente o relatório da comissão em forma de representação para a abertura de processo disciplinar, e apressar, assim, os prazos para julgamento.

O pedido de representação foi protocolado no Conselho de Ética às 9h30 de quinta-feira e levado em seguida ao gabinete do presi-

dente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, lembrou que o processo disciplinar pode levar à cassação de mandato dos senadores, mas que há outras penas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar: advertência, censura verbal ou escrita e perda temporária do exercício do mandato.

No entendimento do advogado-geral, enquanto não houver despacho do presidente do conselho iniciando o processo de cassação, os três senadores poderão renunciar aos mandatos sem perda de direitos políticos.

Já o Demostenes Torres, argumenta que eles não podem mais renunciar porque os processos já foram instaurados pela Mesa e protocolados no conselho.

João Alberto confessou-se “chateado” com as informações desconhecidas em relação ao prazo para a renúncia dos três senadores que estão sendo investigados.

– Essa é uma questão *interna corporis* do Senado, uma questão de interpretação – disse.

Se os senadores forem considerados culpados pelo conselho, os processos serão examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porém

somente nos aspectos legais. Em seguida, a matéria voltará novamente para o conselho, que fará uma resolução a ser encaminhada ao Plenário, que a colocará na ordem do dia para votação. Para que os senadores sejam cassados no Plenário, é necessária a aprovação por maioria absoluta (41 votos), em votação secreta.

Novo relator será indicado nesta segunda

João Alberto deve designar novo relator para o processo disciplinar contra o senador Magno Malta até esta segunda-feira, devido à decisão do senador

Sibá Machado (PT-AC) de não assumir a função. Demostenes Torres, que é relator do processo contra Serys Slhessarenko, já disse que está disposto a assumir também a relatoria do processo contra Magno Malta. Além dele, são apontados como candidatos os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Leonel Pavan (PSDB-SC). O relator do processo contra Ney Suassuna é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

– Não vou nomear nenhum membro do PMDB ou do PT porque há senadores sob investigação desses dois partidos – explicou João Alberto, em entrevista à Agência Senado, sobre a incumbência de apontar um relator entre os 15 membros do conselho.

Jefferson Péres, por sua vez, passou a defender um roteiro comum de trabalho para os três processos.

O senador Magno Malta voltou a protestar em Plenário contra sua inclusão na lista de denunciados pela CPI e a reivindicar amplo direito de defesa no Conselho de Ética. Além de negar envolvimento com a máfia das ambulâncias, ele disse estar recebendo mensagens de solidariedade de todo o país. “Nada me mete medo, porque a verdade está comigo”, declarou.



Demostenes disse a João Alberto (D) que aceita relatar também o processo contra Magno Malta

Antero se defende e quer investigar isenções fiscais

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) se defendeu em Plenário, na quarta-feira, da acusação de que teria ligações com a máfia das ambulâncias. A acusação foi feita pelo empresário Luiz Antônio Vedoin, apontado como líder do esquema de fraudes, em entrevista à revista *Veja*.

Segundo a revista, Vedoin disse que seu pai, Darci Vedoin, acertou com Antero o pagamento de R\$ 40 mil em comissão por emendas ao Orçamento no valor de R\$ 400 mil para a compra de ambulâncias. O repasse dos recursos, segundo Luiz Antônio, foi feito por meio do deputado Lino Rossi (PP-MT), denunciado no relatório preliminar da CPI dos Sanguessugas como participante do esquema de fraudes.

Antero destacou que Vedoin foi ouvido em diferentes esferas da Justiça por mais de 120 horas e jamais havia citado seu

nome. Lembrou ainda que Maria da Penha Lino, ex-assessora do Ministério da Saúde e integrante da quadrilha, teria dito em depoimento que ele, Antero, era “inacessível”.

O senador condenou a postura de *Veja*, que, segundo ele, não procurou ouvir sua versão dos fatos. Lamentou também que o desmentido feito pelo deputado Lino Rossi, que o isentou, não tenha recebido o mesmo destaque na imprensa. Ele informou que está solicitando direito de resposta ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso.

O parlamentar disse ainda que protocolou na CPI dos Sanguessugas e no Ministério Público Federal pedido de investigação sobre isenção de impostos concedida à Planam e à Santa Maria, outra empresa do grupo, pelo atual governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS).

Supremo vai investigar mais 27 nomes

A CPI dos Sanguessugas divulgou, na quarta-feira passada, os nomes de mais 27 parlamentares que serão investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de envolvimento com a máfia das ambulâncias. Esses nomes se somam aos outros 57 que já haviam sido denunciados ao Supremo, num total de 84.

Entre os nomes apresentados está o do senador Magno Malta (PL-ES), mas não o da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – o senador Ney Suassuna já estava na primeira lista do STF.

Ao ser questionado se isso favoreceria Serys no julgamento a que ela poderá ser submetida no Conselho de Ética do Senado, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) afirmou que “isso não pesa nem a favor nem contra”. O deputado, que é um dos sub-relatores da CPI, ressaltou que “o julgamento

no Congresso é político, já que esta é uma casa política”. Como exemplo, ele lembrou do caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que foi cassado pelo Congresso e, posteriormente, absolvido pelo Supremo.

A lista revela ainda que três deputados que tinham sido inocentados no relatório parcial da CPI – Feu Rosa (PP-ES), Gilberto Nascimento (PMDB-SP) e Helenildo Ribeiro (PSDB-AL) – estão entre os que serão investigados pelo STF por envolvimento com a máfia das ambulâncias.

Mas esses deputados não serão investigados novamente pela comissão, exceto se houver fatos novos relacionados à segunda fase dos trabalhos.

Segundo informações passadas pela secretaria da CPI à Agência Senado, o colegiado já aprovou o relatório com os

resultados referentes à primeira fase das investigações da comissão, decisão que não pode mais ser alterada.

O relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), ao apresentar o relatório parcial no último dia 10, informou que decidiu arquivar as acusações contra os três deputados por não haver provas suficientes para encaminhar seus nomes ao Conselho de Ética da Câmara.

A lista divulgada na semana passada mostra ainda que quatro dos 90 parlamentares que chegaram a ser investigados pela CPI dos Sanguessugas foram excluídos tanto do pedido de cassação pela comissão quanto do indiciamento no Supremo. São eles os deputados Josias Quintal (PSB-RJ), Nilton Baiano (PP-ES), Paulo Magalhães (PFL-BA) e Saraiva Felipe (PMDB-MG), ex-ministro da Saúde.



Antero protocolou pedidos de investigação sobre isenções de impostos à Planam pelo governador mato-grossense, Blairo Maggi

Lista inclui mais 26 deputados e um senador

Veja a lista dos 27 parlamentares que se somarão aos 57 já investigados pelo Supremo Tribunal Federal

- ▶ Adelor Vieira (PMDB-SC)
- ▶ Agnaldo Muniz (PP-RO)
- ▶ Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ)
- ▶ Benjamin Maranhão (PMDB-PB)
- ▶ Carlos Dunga (PTB-PB)

- ▶ Carlos Nader (PL-RJ)
- ▶ Celcita Pinheiro (PFL-MT)
- ▶ César Bandeira (PFL-MA)
- ▶ Coronel Alves (PL-AP)
- ▶ Érico Ribeiro (PP-RS)
- ▶ Feu Rosa (PP-ES)
- ▶ Gilberto Nascimento (PMDB-SP)
- ▶ Helenildo Ribeiro (PSDB-AL)
- ▶ Heleno Silva (PL-SE)
- ▶ Ildeu Araújo (PP-SP)
- ▶ João Grandão (PT-MS)

- ▶ João Magalhães (PMDB-MG)
- ▶ Jonival Lucas Júnior (PTB-BA)
- ▶ Jorge Pinheiro (PL-DF)
- ▶ Josué Bengtson (PTB-PA)
- ▶ Magno Malta (PL-ES)
- ▶ Marcondes Gadelha (PSB-PB)
- ▶ Marcos de Jesus (PFL-PE)
- ▶ Paulo Gouvêa (PL-RS)
- ▶ Ricardo Rique (PL-PB)
- ▶ Robério Nunes (PFL-BA)
- ▶ Wellington Roberto (PL-PB)

SANGUESSUGAS Relatório parcial da CPI registra crescimento acelerado de iniciativas e propõe a sua extinção

Emendas individuais, incentivo às fraudes



O relatório parcial da CPI dos Sanguessugas, divulgado no dia 10 de agosto, afirma, sobre as emendas apresentadas por parlamentares ao Orçamento da União, que “o processo histórico da atuação do Poder Legislativo na lei orçamentária levou à exacerbação do uso de iniciativas individuais, caracterizadas pelo seu detalhamento e direcionadas ao atendimento da base eleitoral”.

De fato, logo após a promulgação da Constituição de 1988, não havia restrição ao número de emendas que poderia ser apresentado por parlamentar nem ao valor liberado por emenda. Nos anos seguintes, para evitar excessiva pulverização dos recursos públicos, foram introduzidos limites quanto à quantidade e valor por emenda.

A despeito disso, com o passar do tempo aumentou, segundo o relatório, o número de emendas individuais com local de aplicação indefinido. Isso confere

maior flexibilidade ao parlamentar para a escolha do município a ser beneficiado na execução orçamentária. As emendas usadas no esquema de superfaturamento da Planam tinham essa natureza genérica, uma vez que flexibilizavam a escolha das prefeituras que ficariam com as ambulâncias.

Os valores destinados às emendas individuais também continuaram aumentando, alcançando um patamar de R\$ 5 milhões por parlamentar nos últimos anos, segundo a CPI. Os recursos são quase sempre destinados às chamadas transferências voluntárias – repasses da União aos estados ou municípios que não decorram de determinação constitucional, legal ou do Sistema Único de Saúde (SUS).

CPI sugere limitação das emendas individuais

Como forma de evitar o mau uso de dinheiro público, a CPI sugeriu a extinção ou limitação e maior disciplina na apresentação de emendas individuais – in-

cluindo a definição dos tipos de despesa que podem ser objeto de apresentação de emenda e a redução do valor total permitido.

Propôs ainda o estabelecimento de mecanismos de suspensão preventiva da execução das dotações orçamentárias derivadas de emendas individuais cujos autores, submetidos a processo no Conselho de Ética, tenham recebido recomendação de cassação do mandato; e a obrigatoriedade do exame da adequação dos valores propostos pelas emendas, com base nos custos do empreendimento e nas metas pretendidas, para evitar janelas orçamentárias ou superdimensionamento da dotação.

“A definição de valores mais restritivos mostra-se como uma medida necessária do ponto de vista da necessidade de concentrar recursos nos projetos estruturantes, evitando a pulverização”, diz o parecer da CPI. “A emenda individual, da forma como hoje se apresenta, pode e é utilizada como instrumento de tráfico de influência e barganha política.”

JOSÉ CRUZ



Amir Lando, relator da CPI dos Sanguessugas: lista de sugestões inclui o fortalecimento das emendas coletivas

Senadores defendem mudanças na discussão da lei orçamentária

A questão das emendas é apenas uma das que devem ser resolvidas no que diz respeito ao Orçamento. O senador Marco Maciel (PFL-PE), por exemplo, critica a duplicidade de peças orçamentárias, representada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que precede e orienta a confecção da Lei Orçamentária Anual.

– Não se trata de falar apenas das emendas parlamentares. Todo o processo orçamentário precisa ser reformulado. Acho o Plano Plurianual necessário, mas podemos discutir a necessidade da LDO – disse o senador. – Avançamos pouco nesse campo desde a Constituição 1988 e até digo mais: retrocedemos.

Há ainda no Senado propostas de maior participação popular na distribuição dos recursos do Orçamento. Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por exemplo, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe a participação direta da população (ou de entidades representativas) no processo or-

çamentário da União, dos estados e municípios. Isso deve ocorrer mediante a participação em audiências públicas ou a apresentação de propostas orçamentárias.

O processo envolverá a elaboração, a aprovação e o controle da execução do Plano Plurianual, da LDO e da lei orçamentária anual, conforme o projeto. Para isso, serão realizadas audiências promovidas pelos poderes Executivo e Legislativo.

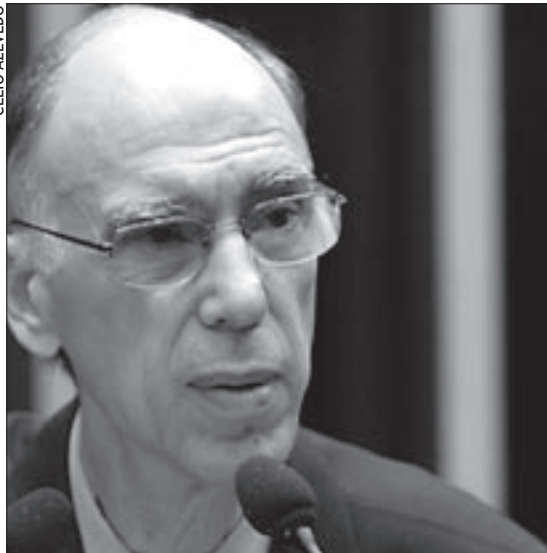
– Ao contrário do que ocorre em países mais desenvolvidos, onde a elaboração e a aprovação do Orçamento configuram eventos políticos de alto significado para grande parcela da população, no Brasil, tradicionalmente, apenas alguns poucos segmentos (parte dos parlamentares, parte dos administradores e a tecnocracia ligada à área financeira) dão importância a esse processo – argumenta Simon na justificativa do projeto, uma reapresentação do PLS 20/96, que teve parecer favorável do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), mas não foi aprovado.

GERALDO MAGELA



Simon propõe a participação direta da população, enquanto Maciel (D) sugere a extinção da LDO

CÉLIO AZEVEDO



Fraudes utilizaram três caminhos

O relatório da CPI dos Sanguessugas propôs, entre as medidas para aprimorar o processo orçamentário, o fortalecimento das emendas coletivas. Tais emendas foram criadas e definidas como prioritárias pela Resolução 2/95, em decorrência de recomendação da CPI do caso Collor/PC posteriormente reforçada pela CPI do Orçamento.

“A emenda coletiva, dada a sua maior representatividade, foi concebida como instrumento de conciliação e concentração de iniciativas em torno de projetos de grande vulto ou ações e atividades relacionadas a políticas públicas setoriais e regionais”, diz o relatório. “Ao contrário das individuais, não existem limites prefixados quanto ao valor de aprovação das emendas coletivas.”

O número de emendas de banca estadual saltou de cerca de 1.600 em 1996 para 6 mil no ano passado. O aumento foi resultado de pressões ocorridas durante a tramitação do Orçamento, por

causa de seu emprego como forma de ampliação dos limites impostos às emendas individuais. O relatório da CPI destacou que muitas dessas emendas de banca estadual podiam ser definidas como “partilháveis” – ou seja, tinham objeto indefinido, mas a sua modalidade de aplicação indicava que se destinariam especialmente a municípios.

Mas é preciso esclarecer que a máfia das ambulâncias beneficiou-se, de acordo com o relatório da CPI, de transferências de recursos a municípios em decorrência de autorizações orçamentárias que tiveram como origem emendas individuais, emendas coletivas ou mesmo a programação ministerial não derivada de emendas. Assim, segundo a CPI, problemas e desvios podem se valer de qualquer programação do Orçamento. A simples extinção das emendas individuais,

portanto, apenas transferiria o poder decisório para as emendas coletivas (bancadas e comissões) e para o Poder Executivo (ministérios) quanto à definição das autorizações genéricas, que não identificam o município a ser beneficiado.

Nesse contexto, além de limitações para as emendas individuais, a CPI propôs medidas mais abrangentes para aprimorar o processo orçamentário, como a regu-

lamentação das transferências voluntárias e maior participação dos conselhos municipais e estaduais nas áreas sociais para definição de prioridades; e a retomada da discussão do Projeto de Resolução 2, de 2005, que disciplina a tramitação do Orçamento no Congresso Nacional, e do PLP 135/96, que estabelece as normas gerais de direito financeiro aplicáveis à União, estados e municípios.

Desvios podem continuar mesmo com extinção das emendas

Mudanças propostas pela CPI

Sugestões da CPI dos Sanguessugas para aperfeiçoar o processo de apresentação de emendas pelos parlamentares

1. Fortalecimento das emendas coletivas.
2. Extinção ou limitação e maior disciplina na apresentação de emendas individuais – definição da programação passível de apresentação de emenda e de transferências voluntárias, além da redução do valor total permitido.
3. Regulamentação das transferências voluntárias e maior participação dos conselhos municipais e estaduais nas áreas sociais para definição de prioridades.
4. Obrigatoriedade do exame da adequação dos valores propostos pelas emendas individuais, com base nos custos do empreendimento e nas metas pretendidas, evitando janelas orçamentárias ou superdimensionamento da dotação.
5. Estabelecimento de mecanismos de suspensão preventiva da execução das dotações orçamentárias derivadas de emendas individuais cujos autores, submetidos a processo no Conselho de Ética, tenham recebido recomendação de cassação do mandato.
6. Retomada da discussão do Projeto de Resolução 2, de 2005, que disciplina a tramitação do Orçamento no Congresso Nacional, e do PLP 135/96, que estabelece as normas gerais de direito financeiro aplicáveis à União, estados e municípios.

COMISSÕES

Faltam diretrizes para Orçamento de 2007

A proposta do Orçamento Geral da União para o próximo ano deve chegar ao Congresso até 31 de agosto, como determina a Constituição. Faltam, portanto, apenas três dias para o fim do prazo, sem que os parâmetros para a elaboração do projeto estejam legalmente definidos. Por falta de acordo político, a votação da proposta que tem essa finalidade – a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 – está bloqueada em Plenário há dois meses.

Por meio da LDO, o governo apresenta estimativas sobre a evolução da economia para o triênio seguinte, incluindo as metas para a inflação. A partir desses dados, o Executivo antecipa o comportamento da arrecadação e fixa quanto será economizado para pagar a dívida pública. Finalmente, define programas e ações que terão prioridade na elaboração da proposta orçamentária para o ano subsequente.

Nova oportunidade para deliberação sobre a proposta da LDO ocorrerá na primeira semana de setembro, quando está prevista a

segunda e última fase de votações do período pré-eleitoral. Antes, será preciso acordo sobre dispositivo incluído pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que permite ao governo liberar verbas para investimentos – desde que já tenham sido começados em anos anteriores – caso o Orçamento permaneça sem aprovação após 31 de dezembro.

Apoiado no dispositivo, o governo poderá gastar em obras e equipamentos, não só com as chamadas despesas correntes, em que se incluem salários e custeio da máquina pública (contas de água e material de consumo, por exemplo).

PSDB e PFL rejeitam o mecanismo, apesar do apoio dado à aprovação do relatório de Jucá na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O embate apenas foi transferido para o Plenário, onde não haverá recuo, segundo o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

– Se o governo não propuser uma alternativa minimamente decente, não teremos como apreciar a LDO. Esse mecanismo representa um avanço inadmissível sobre a prerrogativa do Legislativo de autorizar despesas. Nesse caso, é melhor fechar o Congresso de uma vez – critica.

No texto da LDO originalmente encaminhado pelo governo ao Poder Legislativo, está incluída regra ainda mais abrangente para os gastos. De acordo com a pro-

posição do Executivo, até que fosse aprovado o Orçamento, todas as verbas poderiam ser liberadas, inclusive para investimentos ainda a serem iniciados no mesmo período. Foi uma resposta ao atraso na votação do Orçamento deste ano, só aprovado em meados de abril. Pelo texto original, ainda, permaneceria apenas o teto de gasto mensal, resultante da divisão, por 12, do gasto total previsto para o ano (duodécimo) em cada ação.

Em setembro, a LDO terá a última fase de votações antes das eleições

Debate sobre normas mais transparentes

O autor da proposta de mudanças no rito de tramitação do Orçamento da União, deputado Ricardo Barros (PP-PR), mantém em pé a ameaça de obstruir a votação da LDO para 2007. Barros pretende que seu projeto seja apreciado antes da LDO. Do contrário, diz, pedirá verificação de presença na sessão – mínimo de 257 deputados e 41 senadores. A estratégia pode obstruir a votação, diante da dificuldade de reunir, de uma vez, tal número de parlamentares das duas Casas.

Persistente em seu objetivo, o deputado reflete preocupação do Congresso sobre a necessidade de tornar o processo orçamentário mais transparente, sem brechas para desvios de recursos.

O que está faltando agora é convergência em torno de um novo modelo de apreciação. Depois da

instalação de CPI para apurar o envolvimento de parlamentares com desvio de recursos de emendas orçamentárias para a compra de ambulâncias superfaturadas, os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, criaram uma comissão para tentar um acordo sobre o projeto de resolução de Barros.

Comissão apresenta proposta alternativa

A comissão apresentou uma proposta alternativa em maio. Uma semana depois, o projeto entrou na ordem do dia, mas o exame foi adiado diante da resistência esboçada por parlamentares de vários partidos.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), admitiu que as maiores críticas recaíam sobre a

proposta de redução no número de integrantes da Comissão Mista de Orçamento, de 84 para 40. O motivo para a redução seria facilitar a reunião de quórum.

A comissão incorporou muitos pontos do projeto de Ricardo Barros, inclusive medida que impede emendas de bancada com redação genérica, o que evitaria seu retalhamento para atender a interesses individuais dos parlamentares.

Depois de chegar perto da decisão em Plenário, o substitutivo ao projeto de Barros passa agora a enfrentar riscos diante do avanço da proposta do orçamento impositivo (PEC 22/00), que prevê a extinção da CMO. Já aprovada no Senado, a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) começa a tramitar na Câmara dos Deputados.



Lúcia Vânia vem promovendo uma série de encontros para chegar a substitutivo que represente o consenso

Projeto que define ato médico perto de consenso

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pretende apresentar até o final desta legislatura o substitutivo ao projeto de lei que define o campo de atuação dos médicos (PLS 25/02), de autoria do então senador Geraldo Althoff. A matéria foi discutida na semana passada em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no auditório do Interlegis, como parte de uma série de encontros promovidos pela relatora em busca de um texto consensual.

O projeto prevê a definição de diversas atividades que se incluem na área médica, determinando as atribuições exclusivas dos médicos e os limites de atuação de outras categorias, como enfermeiros, fisioterapeu-

tas e farmacêuticos.

Neste momento, Lúcia Vânia trabalha em favor de um acordo sobre os conceitos de diagnóstico e de prescrição terapêutica, principais pendências para a elaboração do substitutivo.

A aprovação do projeto foi defendida por José Luiz Gomes do Amaral, presidente da Associação Médica Brasileira.

– O projeto não impede a participação de diversos profissionais de saúde, todos os que forem necessários, dentro de cada contexto – disse Amaral.

Já para a representante do Conselho Nacional de Nutricionistas Rosane Nascimento, “o projeto fere os direitos de profissionais de saúde no exercício de suas funções, que estão regulamentadas legalmente”.

Parlamento do Mercosul depende de amplo acordo

Apenas um amplo acordo político na Câmara poderá viabilizar a meta de instalação do Parlamento do Mercosul em 6 de novembro – um dia após a conclusão da reunião de cúpula XVI Cumbre Iberoamericana, em Montevideu. Para aproveitar a presença na capital uruguaia de chefes de Estado de 20 países das Américas, além de Portugal e Espanha, será necessária a ratificação prévia do protocolo de criação do novo parlamento pelo Poder Legislativo dos quatro fundadores do Mercosul.

E, até o momento, apenas o Congresso do Paraguai ratificou o documento. O texto já tramita

nos senados da Argentina e do Uruguai. No Brasil, o texto só poderá ser votado na Câmara depois da apreciação de 20 MPs e seis projetos de lei.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, tem dito que considera possível um acordo entre as lideranças para a votação dessas matérias pelos deputados entre 4 e 6 de setembro. Caso o protocolo seja votado nesses dias, seguirá imediatamente para o Senado. Com isso, o Brasil estará mais perto de aprovar o texto antes da reunião da cúpula. Senão, o protocolo só poderá ser votado pela Câmara após as eleições de 1º de outubro.

PLENÁRIO

Suplicy analisa as metas para o desenvolvimento

O documento apresentado pelo ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, com as metas para o desenvolvimento do país nos próximos 15 anos mereceu a análise do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O texto recebeu contribuições de membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do próprio governo e da Fundação Getúlio Vargas.

Suplicy concordou com várias propostas relacionadas à modernização do sistema político nacional, como a de fortalecimento da utilização do plebiscito, do referendo e das iniciativas

populares; a de instituição da reforma partidária e do financiamento público de campanhas. O senador ponderou, porém, que o sistema de listas fechadas para eleições legislativas pode não ter a simpatia do eleitor.

Quanto ao desenvolvimento econômico, ele aplaudiu a meta fixada de crescimento médio anual de 6% do PIB até 2022 e outras proposições voltadas para a diminuição da desigualdade social. Suplicy, no entanto, fez um reparo ao texto, que não menciona os programas de transferência direta de renda, já previstos em lei.



Suplicy: programas de transferência de renda devem constar em metas para o país

– Refiro-me à Lei 10.835/04, que implanta, por etapas, começando pelos mais necessitados, a renda básica de cidadania, o direito de todos, não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, de receber uma renda como um direito à cidadania – afirmou.

Usuário de drogas terá pena alternativa

Em vez de detenção, penas alternativas para os usuários de drogas, aplicadas por juizados especiais criminais. Essa é uma das principais inovações da nova Lei Antidrogas (11.343), sancionada na quarta-feira pelo presidente Lula, e que entra em vigor no dia 8 de outubro.

Oriunda do Senado, a legislação institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), não descriminaliza nenhum tipo de droga e é mais rígida com o tráfico: amplia de três para cinco anos o tempo mínimo de reclusão do traficante, mantendo o máximo de 15.

Heráclito critica o ministro da Saúde

A participação do ministro da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, em manifestação organizada na quinta-feira por médicos residentes da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) – que reivindicavam aumento de salário e melhores condições de ensino – causou estranheza a Heráclito Fortes (PFL-PI).

– O ministro tem o direito de protestar num caso como esse, mas tinha o dever de apresentar solução. No entanto, o país teria aplaudido se ele protestasse contra os sanguessugas que proliferaram no seu ministério demitindo os envolvidos.

Voz do Leitor

MAIORIDADE

“Gostaria de sugerir um referendo para saber qual a opinião dos brasileiros no que diz respeito à maioria penal. Um jovem de 16 anos que comete um homicídio não pode ser julgado nas mesmas condições de um com mais de 18, porque o Estado lhe garante proteção, alegando não ter maturidade suficiente para responder pelos seus atos. Que Estado é esse que acredita na maturidade para o voto, avalia a possibilidade de esse jovem poder dirigir veículos, mas não acredita que ele possa ser julgado pelos seus delitos?”

Wanderlei Ágape Vieira, de Curitiba (PR)

PUNIÇÃO

“Sugiro aos senadores que mudem o Código Penal, pois as leis estão beneficiando a bandidagem. Desejo que os bandidos sejam realmente presos, principalmente os que roubam o dinheiro público, como os deputados que estão envolvidos na corrupção dos sanguessugas. Além disso, os bandidos devem devolver aos cofres públicos toda a verba que roubaram da população brasileira.”

Francisco Miranda Gomes, de Angicos (RN)

PRECONCEITOS

“Proponho um projeto para que se punam com mais rigor pessoas que maltrataram, injuriaram e agrediram evangélicos, judeus, negros, índios, deficientes físicos, idosos e homossexuais.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

ANATEL

“Manifesto minha opinião desfavorável à atuação da Anatel, que parece estar mais

ao lado das empresas de telefonia do que ser um órgão do governo para fiscalizar e ajudar o cidadão. Já fiz várias reclamações a esse órgão e nunca obtenho retorno. Sugiro que sejam criados conselhos para discutir a telefonia.”

Ângela Ferreira da Silva, de Divinópolis (MG)

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

“Sugiro que proibam instituições públicas e privadas de concederem empréstimos consignados voltados a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS.”

Francisco Vágney Alves Mendes, de Ipiranga do Piauí (PI)

CAIXA ELETRÔNICO

“Gostaria que fosse apresentado projeto visando aumentar o tempo de permanência das opções na tela das máquinas de auto-atendimento dos bancos (caixa eletrônico), pois a maioria dos brasileiros com baixa instrução ainda encontra dificuldades, por exemplo, para retirar extratos do FGTS.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Serra (ES)

DIREITOS HUMANOS

“Muito oportuna a nota da Associação Nacional de Jornais (ANJ) de protesto contra a escalada da violência, divulgada em 15 de agosto. Infelizmente, colhemos nesses últimos anos os frutos de uma mal compreendida campanha dos direitos humanos. Dessa má interpretação, foram protagonistas a CBN e a mídia de esquerda. Mas é tempo de estancar o carro à beira do abismo. Sugiro uma enquête junto aos presidencialistas e aos candidatos em geral sobre como pretendem levar adiante os anseios da sociedade de pôr um basta à impunidade.”

Marcos Costa, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

TRANSPosição

Severino de Almeida Vasconcelos, Condado (PB)

“Senador José Jorge, gostaria de saber se há possibilidade de algum projeto de lei sobre a transposição do rio São Francisco ser aprovado pelo Congresso Nacional ainda em 2006.”

O senador José Jorge (PFL-PE) responde:

Acho que não, Severino. O governo passou quase quatro anos dizendo que esse projeto era prioritário, mas não colocou nem um tijolo lá. Agora, já estamos quase no fim do ano, e com as eleições temos que esperar o resultado, e esperar que o novo governo possa dar uma palavra definitiva sobre este assunto.

O que eu acho, em primeiro lugar, é que a transposição do São Francisco é uma iniciativa de grande responsabilidade e, por isso mesmo, o assunto deve ser estudado em seus mínimos detalhes. O São Francisco é um rio que tem hoje o seu potencial já praticamente utilizado e, além disso, não tem uma vazão tão grande.

Em segundo lugar, o rio precisa ser recuperado. Ele tem sido mal utilizado. Muitos municípios não têm sistema de esgotamento sanitário e os dejetos são jogados diretamente no rio.

Então, Severino, eu acho que antes de se falar em transposição é necessário pensar na recuperação do São Francisco. Se tiver que fazer canais para levar água para outros locais, isso deverá ser feito de forma responsável e com recursos garantidos, para que não tenhamos, no futuro, uma situação de obra inacabada.

É preciso lembrar que, só para a construção de adutoras, que são as obras mais baratas num projeto desse, são necessários muitos anos para a sua conclusão. Pernambuco, hoje, conta com duas adutoras que foram construídas com muito sacrifício.

Acredito que o projeto não deve ser desprezado ou esquecido, mas precisa, antes, ser estudado e reestudado.

ISONOMIA SALARIAL

José Luiz Vieira dos Santos, de Sobradinho (DF)

“Senador Antonio Carlos Magalhães, é verdade que a isonomia salarial entre os Três Poderes está prevista na Constituição federal? Se ela existe, por que não é colocada em prática?”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:

Meu caro José Luiz, é realmente um absurdo que o princípio da isonomia não seja colocado em prática. O Legislativo e, principalmente, o Judiciário percebem salários infinitamente maiores do que os do Executivo. Julgo ser a hora de conter os salários dos poderes Legislativo e Judiciário e melhorar as condições do funcionalismo que atua no Poder Executivo.



Frases

“O policial tem sido relegado a segundo plano, como se não estivesse disposto a morrer em defesa do cidadão”

Romeu Tuma, em apelo aos candidatos à Presidência para que se refiram com respeito aos policiais nos comentários sobre segurança pública.

“Se for feita uma consulta ao povo se prefere escolher diretamente seus parlamentares ou se prefere que seja a direção partidária que defina a ordem da lista de eleitos, tenho a impressão de que os eleitores vão preferir escolher, eles próprios, quais estarão no Parlamento, representando-os”

Eduardo Suplicy, ao comentar a proposta de lista fechada para escolha de deputados, presente em documento divulgado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

“O Senado tem o direito de se posicionar e, se for o caso, decidir que os acusados não podem viver no nosso meio”

Demostenes Torres, satisfeito com decisão do Conselho de Ética de reenviar à Mesa do Senado os processos contra três senadores acusados de envolvimento na máfia das ambulâncias.

“Crescer com distribuição de renda é o caminho que o país escolheu”

Ideli Salvatti, após citar estudo apontando redução da desigualdade no país no governo Lula.

“Há uma tempestade de indignação varrendo o Brasil. Só há lugar para revolta, diante de tantos escândalos”

Alvaro Dias, ao comentar reportagens do jornal espanhol *El País* e da *Gazeta do Povo* on line sobre a reação dos brasileiros às denúncias contra parlamentares e governo.

“Não será uma vitória ganhar estas eleições, porque o Legislativo não oferecerá boas condições de governabilidade. Ele terminará ficando escravizado por uma maioria oposicionista no Senado e aprisionado por uma maioria fisiológica na Câmara”

Arthur Virgílio, prevendo dificuldades num eventual segundo mandato de Lula.

Foto da Semana



JANE ARAÚJO

O Conselho de Ética do Senado recebeu da Mesa da Casa, pelas mãos da secretária adjunta Cláudia Lyra (D) os três volumes contendo as conclusões da CPI dos Sanguessugas que apontam envolvimento dos senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Silhessarenko com a máfia das ambulâncias. Eles responderão a processo por quebra de decoro parlamentar, que pode resultar na perda do mandato

Rádio faz homenagem à China

A Rádio Senado apresenta esta semana programação especial sobre a China, como parte das atividades que marcam a visita ao Congresso brasileiro do presidente da Assembléia Nacional Popular da China, Wu Bangguo, programada para quarta-feira, com transmissão ao vivo. Já a edição do *Conexão Senado* desta segunda traz, às 13h, entrevista com o embaixador chinês no Brasil, Chen Duqing, seguida de comentários de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O *Senado Repórter* apresenta o especial *China em Revista*, que vai ao ar às 9h de quarta, com reprises às 20h de sexta, às 10h e 19h de sábado e às 17h de domingo. No programa, uma viagem por aquele país, sua história e sua cultura milenar, além de reportagens e entrevistas

sobre a economia chinesa e seu relacionamento com o Brasil.

Canções famosas na voz de Emilinha Borba

O *Música do Brasil* (sábado, às 16h, e domingo, às 11h) leva ao ouvinte a voz de Emilinha Borba, que marcou os anos 1940, 50 e 60 ao emplacar seguidos sucessos executados pela Rádio Nacional. Serão exibidas as músicas *Canção do Marinheiro* (Cisne Branco), *Praça Onze*, *Cubanacan*, *Se é Pecado Sambar*, *Exaltação à Bahia* e *Boneca de Piche*, entre outras.

Outro destaque é a trilha sonora do filme *O Violino Vermelho*, de 1997, que teve a participação do violinista Joshua Bell, interpretando o violino solo da Orquestra Filarmônica e do Coro de Crianças de Xangai. A orquestração é do autor da trilha, John Corigliano. Sábado, às 11h, e domingo, às 15h.



O *Senado Repórter* apresenta o especial *China em Revista*, uma viagem pelo país, sua história e sua cultura milenar

DOMÍNIO PÚBLICO

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

RESENHA

Guerra do Paraguai registrada desde os campos de batalha

Emílio Carlos Jourdan, militar de origem belga e naturalizado brasileiro, apresentou-se como voluntário na Guerra do Paraguai. Obteve promoções por atos de bravura no campo de batalha e foi consagrado como historiador clássico desse episódio marcante da América do Sul.

O *Atlas Histórico da Guerra do Paraguai* foi idealizado após a tomada de Curupaiti. Jourdan foi incentivado pelo general Argollo, então comandante do 2º Corpo, em Curuzu, que via nesse trabalho um subsídio para o estudo futuro



REPRODUÇÃO

Atlas Histórico da Guerra do Paraguai; organizado pelo 1º Tenente E.C. Jourdan, membro da Comissão de Engenheiros, sobre trabalhos seus e de outros oficiais da mesma Comissão. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg, 1871. 1 v, il. retrs., mapas.

Obra revela os primeiros 15 meses da República brasileira

O maranhense João Dunshee de Abranches Moura escreveu uma das obras mais reveladoras da história política do Brasil, tratando de um período de registros escassos na historiografia brasileira, o governo provisório republicano (15/11/1889 a 25/2/1891).

O autor foi promotor público, militante político, jornalista de sucesso e historiador criterioso. Possui ainda vasta bibliografia que inclui livros, folhetos e opúsculos, num total de 165 títulos. Analista político de grande acuidade, dedicou a maior parte de suas obras à política.

ABRANCHES, Dunshee de. *Actas e actos do governo provisório: cópias authenticas dos protocollos das sessões secretas do conselho de ministros desde a proclamação da República até a organização do gabinete Lucena, acompanhadas de importantes revelações e documentos.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. 402 p., il.

As resenhas e as imagens de obras raras, veiculadas quinzenalmente neste espaço, foram produzidas pela Biblioteca do Senado. Mais informações podem ser obtidas no site www.senado.gov.br/sf/biblioteca, pelo e-mail sbib@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-3943.

Aconteceu no Senado



MEMORIAL JK/DIVULGAÇÃO

Juscelino Kubitschek em campanha: antes de sua posse na Presidência da República, o Brasil viveu período conturbado, com ameaças de golpe militar

EXPOSIÇÃO

Fotografias denunciam maus-tratos a animais

Será aberta nesta segunda-feira a mostra *Animais em Foco*, uma seleção de fotografias que revela o melhor e o pior no tratamento dispensado aos animais, em diversos locais do mundo. As fotos ficarão expostas na Senado Galeria, localizada no andar térreo do Anexo I do Senado Federal.

A iniciativa é fruto de uma parceria da Casa com a Sociedade Mundial de Proteção Animal (World Society for the Protection of Animals, WSPA), entidade composta de 650 afiliadas em 142 países que tem status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas. A WSPA apóia programas que têm por objetivo elevar o bem-estar animal no mundo inteiro e possui escritório no Brasil desde 2004.

A exposição, mais que um alerta, é um apelo ao governo e à sociedade civil para que reconheçam os animais como



RENTAS/DIVULGAÇÃO

A mostra *Animais em Foco*, que vai até 1º de setembro, na Senado Galeria, objetiva incentivar a adoção de tratamentos dignos

seres dignos de consideração e respeito. Segundo a WSPA, o bem-estar animal precisa ser considerado uma questão relevante para o desenvolvimento social das nações.

Animais em Foco apresenta o trabalho da WSPA e de suas afiliadas, que agem, no mundo

inteiro, para combater o comércio ilegal de animais e de carnes silvestres, a caça às baleias e as touradas, além de prover auxílio em desastres naturais.

A mostra estará aberta ao público até o dia 1º de setembro e pode ser visitada diariamente, das 9h às 18h.

Biblioteca do Senado: história e serviços

“Vossa excelência deve propor uma livraria onde todos os membros do Senado vão naquelas ocasiões, em que lhes for preciso, consultar as diferentes matérias que necessitarem dos esclarecimentos.” Com essas palavras, o Visconde de Cairu, em sessão do Senado realizada em maio de 1826, propôs ao Visconde de Santo Amaro e aos demais parlamentares a criação de uma biblioteca para o Senado.

Transcorridos 180 anos daquela data, o Senado Federal lançou na semana passada, em seu estande na VII Bienal Internacional do Livro do Ceará, um livro contando a história dos 180 anos de sua biblioteca. A publicação também mostra como a biblioteca funciona hoje e apresenta os serviços que a instituição presta aos parlamentares e de-

mais usuários.

Também foi lançada no estande da Casa a obra *Ceará: uma pesquisa surpreendente*. Seu autor, Hugo Hortêncio de Aguiar, e a Miss Ceará e Miss Brasil 1955, Emília Barreto Lima, autografaram exemplares do livro. Publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas, a publicação traz um resumo da vida do escritor José de Alencar, aborda o folclore cearense e dedica um capítulo a Emília Lima.

Na última sexta-feira, também em Fortaleza, foi assinado convênio entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Assembleia Legislativa do Ceará. Pelo documento, técnicos do ILB vão treinar servidores do Legislativo daquele estado. Os instrutores oferecerão cursos sobre processo legislativo, orçamento e gestão de recursos, entre outros.

Senado garantiu posse de Juscelino

“Tenho, neste momento, como razão de maior orgulho, o poder de entregar o governo da República em condições mui diversas daquelas em que recebi, no tocante à estabilização do regime”, pronunciou Juscelino Kubitschek ao transmitir a faixa presidencial. A sessão do Congresso de 31 de janeiro de 1961, presidida pelo senador Filinto Müller, tinha um clima de euforia democrática. JK concluiu seu mandato e conseguira realizar tudo a que se propusera.

Cinco anos antes, sua posse, presidida pelo senador Carlos Gomes de Oliveira, acontecia sob total instabilidade política. Naquele dia, o Brasil ainda estava sob estado de sítio, decretado pelo presidente Nereu Ramos em 23 de novembro de 1955, para garantir a estabilidade no país e a

assunção de Juscelino ao cargo, eleito com pouco mais de 3 milhões de votos.

JK teve sua posse ameaçada por políticos de oposição e facções das Forças Armadas, que, desde a morte de Getúlio, conseguiram armar, no Congresso Nacional, a decretação do impedimento de Carlos Luz e de Café Filho, respectivamente, presidente da Câmara e vice-presidente da República eleito.

O democrático e apaziguador catarinense Nereu Ramos, ex-presidente do Senado, conseguiu miraculosamente acalmar o país em 81 dias de governo, fato destacado por JK em sua posse: “Quero trazer-lhe neste instante a palavra de agradecimento de milhões de brasileiros que viram na sua atuação a garantia mais eficaz para a consolidação da paz, da liberdade e da democracia”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Ensino, esportes e comunicação: a quem reclamar

O Especial Cidadania dá continuidade à série sobre os órgãos fiscalizadores de diversas áreas. Desta vez, o foco está na educação, na comunicação e no entretenimento. Veja a quem recorrer para tratar de problemas e oferecer sugestões.



Estádios de futebol devem oferecer condições adequadas de higiene, segurança e serviços para receber os torcedores. Denuncie abusos aos órgãos de fiscalização

Comunicação

Para reclamar da programação de rádios e TVs, em especial quanto a horários de exibição dos programas, e da restrição ou não de filmes e espetáculos, para determinada faixa etária, recorra a:

Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça

Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Esplanada dos Ministérios, Bl. T, Anexo II, sala 321 - Brasília (DF) - CEP 70064-901
(61) 3429-3660
djctq.snj@mj.gov.br
www.mj.gov.br/classificacao/ouvidoria.htm

O Ministério oferece ao cidadão a possibilidade de integrar a rede de colaboradores da classificação indicativa, que auxilia na classificação dos programas. Basta enviar mensagem para o endereço djctq.snj@mj.gov.br

Para reclamar da atuação de rádios comerciais e comunitárias, canais de TV educativos, abertos ou por assinatura, dos Correios e das empresas de telefonia, fale com:

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco R
Gabinete do Ministro - 8º andar
Brasília (DF) - CEP 70044-900
(61) 3311-6000
Imprensa: imprensa@mc.gov.br
Rádio e TV: Ssce.Atendimento@mc.gov.br
Serviços postais: Postal@mc.gov.br
Tv Digital: TvDigital@mc.gov.br
Telecomunicações: sec.telecom@mc.gov.br
www.mc.gov.br

Também é possível reclamar de rádios e TVs à:

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert)
SCN, Quadra 4, Bloco B, Centro Empresarial Varig Brasília, sala 501
Brasília (DF) - CEP 70714-900
(61) 2104-4600
abertdf@abert.org.br
www.abert.org.br

Reclame dos Correios também no endereço:

Ouvidoria dos Correios

SCEN Trecho 2, Lote 4
Unico - Centro Empresarial I - 1º andar
Brasília (DF) - CEP 70800-900
Fax (61)-3307-3678
www.correios.com.br/servicos/falecomoscorreios/default.cfm

Denúncias sobre rádios piratas devem ser feitas à Anatel:

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Assessoria de Relações com os Usuários (ARU)
SAUS Quadra 6, Bloco H e E, 2º andar
Brasília (DF) - CEP 70070-940
0800 332001 e (61) 2312-2000
Fax 2312-2264
www.anatel.gov.br (item Fale conosco/Atendimento eletrônico)

Para denunciar abusos nos comerciais veiculados em rádios, revistas, jornais, TVs, Internet, recorra ao:

Conselho de Auto-Regulamentação da Propaganda (Conar)

Avenida Paulista, 2.073 - Edifício Horsa II - 18º Andar - Conjunto Nacional
São Paulo (SP) - CEP 01311-940
(11) 3284-8880
www.conar.org.br

Internet

Para fazer reclamação sobre domínios na internet, recorra ao:

Comitê Gestor da Internet - info@cgi.br

Registro de domínios:
hotmaster@registro.br

Cobrança de registro de domínios:
pagamento@registro.br

Documentação de domínios:
doc@registro.br

Segurança de computadores e redes:
cert@cert.br

Quanto ao conteúdo, exceto pelo de natureza criminosa, que deve ser denunciado à Polícia Federal (*crime.internet@dpf.gov.br*) ou à Justiça. Não existe fiscalização na rede.

Educação

Ensino fundamental, médio e escolas técnicas - Comece por procurar a Associação de Pais e Mestres (APM), que deve atuar na gestão da escola pública. Se não houver uma APM instalada, em caso de escola particular ou se o problema não for resolvido por ela, procure a secretaria de Educação do município, se a escola for municipal, ou do estado, em caso de instituição de ensino estadual.

Secretarias Estaduais de Educação

AC - Rua Rio Grande do Sul, 1.907
Aeroporto Velho
Rio Branco (AC) - CEP 69903-420
(68) 3223-6896 e 3213-5308
Fax 3223-3588

AL - Rua Barão de Alagoas, 141 - Centro
Maceió (AL) - CEP 57020-210
(82) 3315-1234/1369/1323
Fax 3326-2479

AM - Av. Perimetral D, 1.984, conjunto 32 de março - Japiim II - Centro
Manaus (AM) - CEP 69076-830
(92) 3613-6688/6833 e 3237-2245
Fax 3237-8423 e 3614-2202/2215/2260/2213/2251

AP - Av. FAB, 96 - Centro
Macapá (AP) - CEP 68906-006
(96) 3212-5102/5104
Fax 3212-5274

BA - Avenida Luiz Viana Filho, 600
Centro Administrativo da Bahia - 5º andar
Salvador (BA) - CEP 41746-900
(71) 3115-9043/9042/9025
Fax 3115-9040 e 3371-7506

CE - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambé
Fortaleza (CE) - CEP 60839-900
(85) 3101-3898/3894/3897/3889
Fax 3101-3960

DF - Anexo do Palácio do Buriti - 9º andar, sala 911 - Brasília (DF)
CEP 70075-900
(61) 3224-0016/3323-7845/3901-3107/3168-3169
Fax 3901-3168

ES - Av. César Hilal, 1.111 - Santa Lúcia
Vitória (ES) - CEP 29056-085
(27) 3137-3641/3640
Fax 3137-3661

GO - Av. Anhangüera, 7.171 - Setor Oeste
Goiânia (GO) - CEP 74110-011 -
(62) 3201-3079/3004
Fax 3201-3027

MA - Rua Virgílio Domingues, 741
São Francisco - São Luís (MA)
CEP 65076-340
(98) 3218-2363/2355/2356
Fax 3218-2346

MT - Av. Projetada, s/n - Centro Político Administrativo - Cuiabá (MT)
CEP 78055-971
(65) 3613-6359/6343
Fax 3613-6341

MS - Parque dos Poderes, Bloco V
Campo Grande (MS) - CEP 79031-902
(67) 318-2200/2354/2339
Fax 318-2281

MG - Av. Amazonas, 5.855 - Gameleira
Belo Horizonte (MG) - CEP 30510-000
(31) 3379-8300/8302/8200
Fax 3379-8290

PA - Rodovia Augusto Montenegro, KM 10, s/n - Icoaraci - Belém (PA)
CEP 66820-000
(91) 3211-5116/5161/5107/5160
Fax 3211-2625/5026

PR - Av. Água Verde, 2.140 - Vila Izabel
Curitiba (PR) - CEP 80240-900
(41) 3340-1557/1558/1613
Fax 3342-1057

PB - Av. João da Mata, s/n - Centro Administrativo, Bloco I - 6º andar
Jaguaribe - João Pessoa (PB)
CEP 58019-900
(83) 3218-4289/4285
Fax 3218-4001/4019

PE - Rua Siqueira Campos, 304 - Santo Antônio - Recife (PE) - CEP 50010-010
(81) 2122-6405/6404/6352/6348/6203
Fax 2122-6348

PI - Av. Pedro Freitas, s/n - Centro Administrativo, Blocos D e F
Teresina (PI) - CEP 64018-900
(86) 3216-3392 e 3205/3204
Fax 3216-3315

RN - Centro Administrativo da Lagoa Nova - Bloco I - 2º andar
Natal (RN) - CEP 59064-901
(84) 3232-1301/1302/1303
Fax 3232-1340

RS - Av. Borges de Medeiros, 1.501
Plataforma - Porto Alegre (RS)
CEP 90119-900
(51) 3288-7631/4751
Fax 3288-4880

RJ - Rua da Ajuda, 5 - 5º andar - Centro
Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20040-000
(21) 2220-2567 e 2299-3170/3166/3167
Fax 2299-3627/3168/3169/4319/3615

RO - Rua General Osório, 81
Centro, entre Ruas 7 de setembro e Almirante Barroso - Porto Velho (RO)
CEP 78916-020
(69) 3216-5338/5386
Fax 3216-5337

RR - Praça do Centro Cívico, 471 - Centro
Boa Vista (RR) - CEP 69301-380
(95) 3621 2803/2819
Fax 3624 1170

SC - Rua Antônio Luz, 111 - 10º andar
Centro - Florianópolis (SC)
CEP 88010-410
(48) 3221-6228/6264/6145
Fax 3221-6156
gabs@seed.sc.gov.br

SP - Praça da República, 53
São Paulo (SP) - CEP 01045-903
(11) 3218-2001/2002/2003
Fax 3258-6179

SE - Rua Gutenberg Chagas, 169 - Inácio
Barbosa - Aracaju (SE) - CEP 49040-780
(79) 3179 8857/8865
Fax 3179 8899

TO - Esplanada das Secretarias, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas (TO)
CEP 77001-910
(63) 3218-6106/1402/1405
Fax 3218-1491

Se o problema for na merenda escolar, comece pelo Conselho de Alimentação Escolar ou pela Secretaria de Educação da sua cidade. Você pode também dirigir-se ao Ministério da Educação, que também fiscaliza as instituições de ensino superior e as escolas técnicas federais.

Ministério da Educação

0800 616161
falabrasil@mec.gov.br
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=417

Evento esportivo

Para reclamar de qualquer problema em evento esportivo, procure:

Ministério do Esporte

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, sala 752 - Brasília (DF) - CEP 70054-906
(61) 3217-1800
ouvidoria@esporte.gov.br
www.esporte.gov.br

Confederação Brasileira de Futebol
(21) 3535-9610/9681/9610/9681
cbfnews.uol.com.br

Confederação Brasileira de Voleibol
(21) 2114-7200
Fax 2114-7272
www.volei.org.br

Confederação Brasileira de Futebol de Salão

(85) 3455-8300
Fax 3253-6425
www.cbfs.com.br

Confederação Brasileira de Basketball
(21) 2544-3193 e 2544-3316
Fax 2240.4042

Para reclamar ou denunciar as condições de segurança e de conforto oferecidas por boates, parques de diversões, bares, restaurantes, cinemas, festas e eventos, recorra ao Corpo de Bombeiros, à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) ou a órgão semelhante da sua cidade.